

SEMENTES DO DIÁLOGO

**REGISTROS DA PRIMEIRA FASE DO
DIÁLOGO FLORESTAL PARA A MATA ATLÂNTICA**

2005-2007

SEMENTES DO DIÁLOGO 2005-2007



A marca FSC é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel interno deste livro provém de florestas de origem controlada e que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

DIÁLOGO FLORESTAL PARA A MATA ATLÂNTICA

SEMENTES DO DIÁLOGO
REGISTROS DA PRIMEIRA FASE DO
DIÁLOGO FLORESTAL PARA A MATA ATLÂNTICA

2005-2007

INSTITUTO BIOATLÂNTICA

RIO DE JANEIRO - 2008



EXPEDIENTE

Coordenação: Thadeu Melo

Texto: Olga de Mello

Relatoria: Roberto Rezende

Mapas: Edson Santiami e Sabrina Silva

Fotografia: Adriano Gambarini, Beto Mesquita, Enrico Marone, Luciano Candisani, Haroldo Palo Jr. e Ricardo Teles

Colaboração: Adriana Claudino Silva, Alexsander Copello, Camila Barcelos, Camila Jordão Knack, Denise Claret, Gabriela Salim, Gabriela Viana, Lysandre Ribeiro, Marcele Bastos, Márcia Silveira, Milena Lima, Miriam Prochnow, Silvio Gazeta e Vanina Antunes.

Projeto Gráfico: Dinho Fonseca Design

Impressão: Geográfica Editora

Tiragem: 3.000 exemplares (distribuição gratuita)

Impresso em papel doado pela Suzano Papel e Celulose, Couche Brilho LD 150g/m², certificado (FSC-Misto Min 50%) - SW-COC-002857; e na gráfica Geográfica Editora, certificada FSC - SW-COC-1662.

A capa é um recorte de uma foto de Adriano Gambarini, na mesma proporção do percentual de remanescentes da Mata Atlântica: 7%.

Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, triênio 2008-2010:

André Guimarães (Instituto BioAtlântica)

Aldo Ezídio (Rigesa)

Beto Mesquita (Instituto BioAtlântica)

Deuseles Firme (Cenibra)

Edegold Schäffer (Apremavi)

Edilaine Dick (Apremavi)

Giovana Baggio (The Nature Conservancy)

Glauca Drummond (Fundação Biodiversitas)

João Carlos Augusti (Votorantim Celulose e Papel)

José Aurélio Cayut (Fundação Biodiversitas)

Juliano Dias (Votorantim Celulose e Papel)

Lúcio Bedê (Conservação Internacional)

Luiz Cornacchioni (Suzano Papel e Celulose)

Luiz Quaglia (Veracel Celulose)

Luiz Paulo Pinto (Conservação Internacional)

Marco Brito (Rigesa)

Marina Carlini (Suzano Papel e Celulose)

Miguel Calmon (The Nature Conservancy)

Sandro Morais (Cenibra)

Vandi Garlet (Veracel Celulose)

S471 Sementes do Diálogo : registros da primeira fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, 2005-2007 / [texto: Olga de Mello ; coordenação: Thadeu Melo]. – Rio de Janeiro : Instituto BioAtlântica, 2008.
64p. : il. col., mapas ; 26cm.

ISBN 978-85-60840-01-4

Acima do título: Diálogo Florestal para a Mata Atlântica.

1. Ecossistema – Mata Atlântica. 2. Florestas – Conservação – Brasil. 3. Mata Atlântica. I. Mello, Olga de. II. Melo, Thadeu. III. Instituto BioAtlântica. CDD 577.0981

Catálogo na fonte elaborada pelas bibliotecárias Cristina Bandeira CRB 7/3806 e Stela Pacheco CRB 7/4087

PREFÁCIO

A Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados do planeta e, entre estes, um dos mais privilegiados. Pode parecer um contrasenso, mas a força restauradora capaz de tirá-la do topo da lista das grandes áreas naturais mais devastadas está na mesma imensa capacidade empreendedora que, sob princípios de alto impacto, levou sua cobertura florestal à mingua.

Ao contrário da maioria das áreas de florestas tropicais ameaçadas, para a Mata Atlântica existem pessoal qualificado, organizações estáveis e capazes e um arcabouço legal sendo implementado por instituições públicas estabelecidas.

O aproveitamento desse ativo social em práticas sustentáveis requer o estabelecimento de um amplo processo de diálogo entre os diversos setores que se beneficiam dos serviços ambientais prestados pela Mata Atlântica. Esse esforço cooperativo deve reunir pessoas empenhadas como profissionais e indivíduos na solução de uma equação que envolve desenvolvimento socioeconômico e estabilidade ambiental.

O Diálogo Florestal para a Mata Atlântica é uma das sementes dessa integração multissetorial. Com coragem, tolerância e conhecimento, empresas de base florestal e organizações ambientalistas estão trilhando o caminho da sustentabilidade e mirando um futuro em comum. Juntas, estão dando um exemplo de como as variáveis ecológicas devem ser consideradas nas tomadas de decisão empresariais.

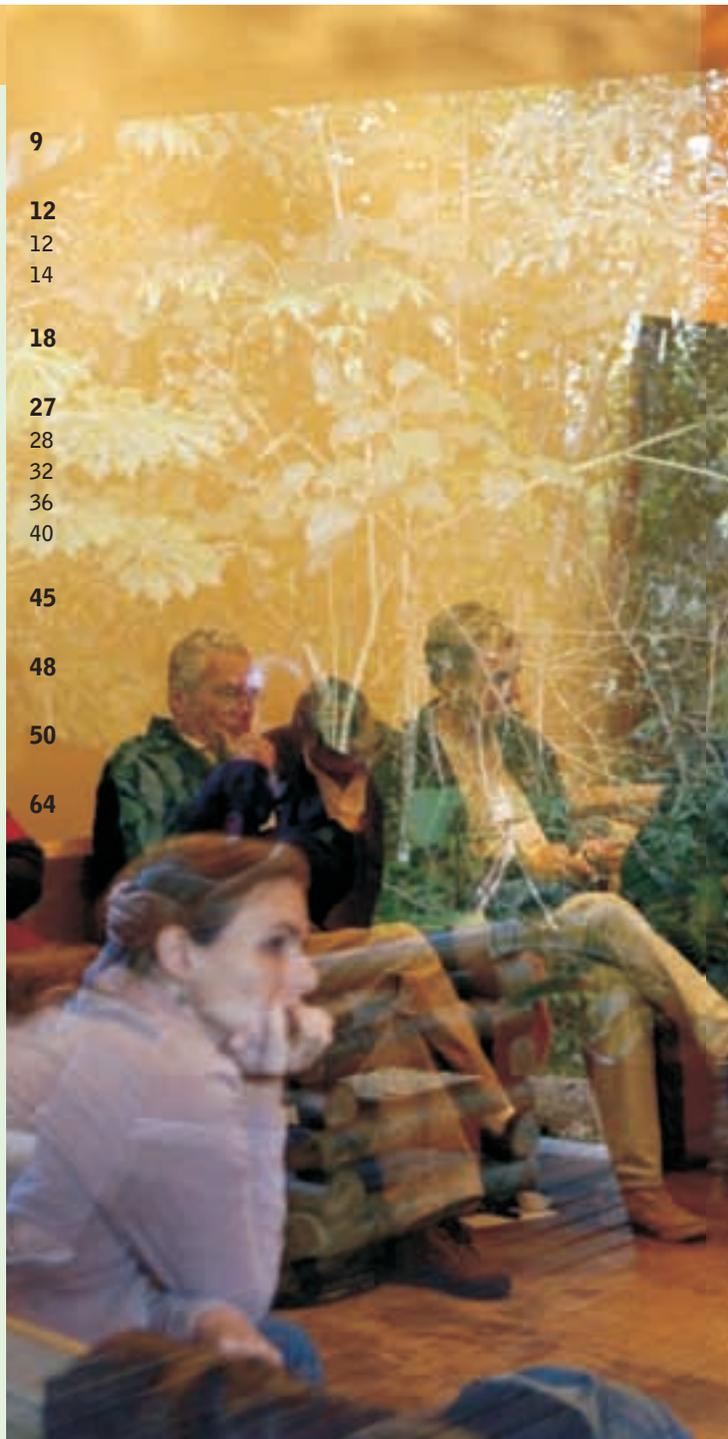
Esse necessário empreendimento coletivo se alinha com outros semelhantes ao redor do planeta e coloca o Brasil na vanguarda das iniciativas de entendimento construtivo e transparente.

Gustavo Fonseca,
Diretor de Recursos Naturais do Fundo Global para o Meio Ambiente
(Global Environment Facility - GEF)



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
PARTICIPANTES	12
LISTA DE PARTICIPANTES	12
ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS ENVOLVIDAS	14
MOTIVAÇÃO	18
O DIÁLOGO PASSO-A-PASSO	27
PASSO 1: O TERRENO	28
PASSO 2: A DIREÇÃO	32
PASSO 3: A TRILHA	36
PASSO 4: O FÔLEGO	40
PRÓXIMOS PASSOS	45
SÍNTESE DOS RESULTADOS	48
DEPOIMENTOS	50
GLOSSÁRIO	64





ADRIANO GAMBARINI



SEMENTES DO DIÁLOGO REGISTROS DA PRIMEIRA FASE DO DIÁLOGO FLORESTAL PARA A MATA ATLÂNTICA

APRESENTAÇÃO

Dá para dialogar?

Há mais de 50 anos, os domínios da Mata Atlântica são utilizados para a implantação de grandes plantios homogêneos de espécies arbóreas exóticas, especialmente dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*. Originárias, respectivamente, da Austrália e de diversas partes da América, Caribe e Ásia, essas espécies se adaptaram e foram adaptadas às condições do bioma no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Trazidas para servir como dormentes em estradas de ferro, hoje servem de matéria-prima para indústrias como as de celulose, papel, móveis, produtos de limpeza, alimentos e bebidas e siderurgia.

Fomentada por incentivos fiscais e, posteriormente, turbinada pelo desenvolvimento tecnológico e pela crescente demanda do mercado, a silvicultura brasileira se consolidou e vive hoje um novo momento de forte expansão. O Brasil é o sétimo colocado no ranking mundial em área plantada com espécies arbóreas.

Como todas as atividades econômicas baseadas na implantação de monoculturas em larga escala e na exportação de produtos semi-elaborados, esses vastos plantios homogêneos trouxeram consigo benefícios e impactos socioambientais.

Atualmente, a área ocupada pela silvicultura no Brasil é de cerca de 5,5 milhões de hectares, o equivalente a 0,6% do território brasileiro ou a 11 vezes o Distrito Federal. Por sua dimensão e importância, é impossível negar seus efeitos sobre a economia, sobre a cultura e, sobretudo, sobre as paisagens e ecossistemas. Subestimar esses impactos, comparando-os com os efeitos mais danosos de outras atividades dependentes de monocultivos em larga escala, como a cana-de-açúcar, a soja e a pecuária, só situaria as florestas plantadas entre esses exemplos, o que de, modo nenhum, pode ser considerado uma vantagem.

Diante da função do setor e da evidência de que a silvicultura encontra-se em plena expansão no país, como o movimento ambientalista deve se comportar? Como as empresas de base florestal devem atuar frente às problemáticas socioambientais, à crescente conscientização da população, à legislação ambiental brasileira - classificada como uma das mais modernas do planeta -, e a um mercado cada vez mais exigente de princípios de responsabilidade socioambiental?

Ambientalistas e empresários do setor de base florestal sempre protagonizaram uma relação conflituosa. E não há como ser diferente, uma vez que defendem interesses e possuem visões de mundo, na maioria das vezes, inconciliáveis. Entretanto, por

trabalharem nos mesmos espaços geográficos e atuarem condicionados pela situação dos ecossistemas naturais, esses dois setores são obrigados a conviver.

Assumindo que o desenvolvimento sócio-econômico não pode prescindir dos produtos da silvicultura, tampouco do equilíbrio ambiental, o diálogo pró-ativo entre os dois setores torna-se imperativo para que o problema seja enfrentado.

A aposta na identificação de agendas em comum, por meio da construção participativa e coletiva de alternativas viáveis, implica quebrar paradigmas e superar mitos, tanto da parte de ambientalistas quanto de empresários e profissionais do setor de base florestal. Essa quebra de paradigmas e desmistificação de conceitos e formas de atuação é, entretanto, um processo tão inevitável quanto lento, difícil, arriscado e, muitas vezes, polêmico e doloroso.

Talvez o mito mais forte a ser superado seja a idéia de que dispor-se a participar de uma aproximação significa deixar de lado as próprias idéias e os próprios conceitos. Mas, basta consultar Aurélio Buarque de Hollanda para aprendermos que dialogar pode significar “troca ou discussão de idéias, de opiniões, de conceitos, com vistas à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia”.

Outra questão polêmica seria que a abertura de espaços qualificados de diálogo teria por finalidade apenas provocar um efeito positivo para a imagem e a reputação das empresas. Um dos principais argumentos apresentados por aqueles que questionam iniciativas como o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica é que tais espaços servem para “limpar a imagem das empresas”, uma vez que com esta “abertura” as empresas poderiam posar de socioambientalmente corretas. O corolário dessa suposição é que os ambientalistas que participam destes diálogos “tornam-se automaticamente reféns ou defensores das empresas”.

Essa crítica, entretanto, pode ser anulada pela simples constatação de que a silvicultura responsável ou sustentável, como o leitor preferir, é fundamental, em termos ambientais, sociais e econômicos, desejada por todos e só pode ser alcançada com desenvolvimento científico e participação social.

Todas as atividades econômicas que assumirem o compromisso de implantar padrões socioambientais devem, sim, valorizá-lo e servir de exemplo para outras empresas e setores econômicos. Nesse diálogo aberto, independente, transparente e construtivo, se não é possível afirmar que um lado torna-se “limpo e purificado” apenas por participar de um processo dialógico, por que aceitar que o outro se transforme em “sujo e contaminado”, ou ainda, cooptado?

Outro paradigma que precisa ser superado é o de que o único espaço legítimo para a discussão dos conflitos entre ambientalistas e empresários seja as audiências públicas para licenciamento de empreendimentos. É inegável a importância desses espaços, que devem ser cada vez mais e melhor utilizados. Para isso, as organizações ambientalistas devem estar cada vez mais preparadas, mobilizar a sociedade e se municiar de conhecimento específico para balizar seus questionamentos e recomendações. Já as empresas necessitam preparo e argumentos para apresentar de maneira clara e objetiva suas intenções, planos e projetos.

Porém, as audiências públicas são um espaço onde os conflitos de interesses devem ser evidenciados e valorizados, sob a mediação do poder público, a quem cabe a prerrogativa do licenciamento e fiscalização das atividades econômicas. Nos processos de diálogo sem a mediação do poder público, a despeito da existência e reconhecimento dos conflitos, o que se busca é a identificação de pontos em comum, de propostas e projetos que conciliem interesses e ações. Difícil? Sem dúvida. Mas os resultados obtidos e o caminho percorrido nesta primeira fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica demonstram que vale a pena enfrentar o desafio.

A estratégia do diálogo também não pode ser acusada de esvaziar as outras formas de luta em defesa do meio ambiente. Aprofundar e qualificar críticas e questionamentos é justamente o propósito desta iniciativa. Mais que isso, quem participa dos diálogos deixa de lado a confortável posição da crítica generalizada e genérica, de ambas as partes, e propõe-se à construção de soluções concretas, aplicáveis na prática, na medida e na urgência que a realidade socioambiental exige.

Mesmo não sendo um consenso, nem entre empresários, menos ainda entre ambientalistas, o Diálogo apresenta-se como uma nova frente de atuação, complementar às tradicionais campanhas públicas, tanto de denúncias sobre abusos de empresas, quanto de comunicação e marketing empresarial.

Acostumados a só se encontrarem para duelar, pouco a pouco esses setores constroem uma nova maneira de se relacionar, seguindo princípios claros – entre os quais a transparência, a independência e o respeito mútuo –, adotando métodos e técnicas adequadas para a resolução alternativa de conflitos. Desse modo, o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica inaugura um novo momento da economia e do meio ambiente no Brasil, consolidando um modelo a ser adotado por outros setores da economia nacional, muitos dos quais mais impactantes e mais conflituosos que a silvicultura.

PARTICIPANTES

Em ordem alfabética, os participantes do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica.

- Afonso Kiehl Noronha (Norske Skog)
- Alexandre Pedrosa (Masisa)
- Alexandre Prado (Conservação Internacional)
- Amy Skoczlas Cole (Instituto BioAtlântica)*
- Ana Carolina Baker Botelho (Fundação Biodiversitas)*
- André Guimarães (Instituto BioAtlântica)
- Andréa Leite (Instituto BioAtlântica)*
- Beto Mesquita (Instituto BioAtlântica)
- Christine Dragisic (CELB-CI)
- Clayton Lino (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)
- Cristina Moreno (Veracel Celulose)*
- Denise Marçal Rambaldi (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Associação Mico-Leão Dourado)
- Deusdedet “Detinha” Alle Son (Ipema)
- Deuseles João Firme (Cenibra)
- Edilaine Dick (Apremavi)
- Elizete Sherring Siqueira (Ipema)
- Fernando Veiga (TNC Brasil)
- Gary Dunning (The Forests Dialogue)
- Gilberto Tiepolo (TNC Brasil)
- Giovana Baggio de Bruns (Suzano Papel e Celulose)*
- Helena Maria Maltez (WWF-Brasil)*
- Heloísa Helena Oliveira (TNC Brasil)
- Heuzer Guimarães (Rigesa)
- Jaime Soares de Assis (Bracelpa)
- João Carlos Augusti (Suzano Papel e Celulose)*
- José Aurélio Caiut (Fundação Biodiversitas)
- José Maria Donatti (Aracruz Celulose)
- Kaisa Tarna (Stora Enso)
- Kathia Vasconcelos Monteiro (Ambientalista)
- Leandro Scoss (Fundação Biodiversitas)
- Liana Amaral (Bracelpa)*

- Luciano Lisbão Junior (Aracruz Celulose)
- Lúcio Bedê (Conservação Internacional)
- Ludmila Pugliese de Siqueira (Instituto BioAtlântica)*
- Luiz Antonio Cornacchioni (Suzano Papel e Celulose)
- Luiz Paulo Pinto (Conservação Internacional)
- Márcio do Nascimento (Votorantim Celulose e Papel)
- Márcio Reis (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo)
- Marco Antonio Brito (Rigesa)
- Maria José Brito Zakia (Votorantim Celulose e papel)
- Mariana Schuchovski (Masisa)
- Mario Mantovani (SOS Mata Atlântica)
- Marisa Camargo (The Forests Dialogue)*
- Miguel Calmon (TNC Brasil)
- Miriam Prochnow (Apremavi)
- Oscar Artaza (Flora Brasil)
- Otávio Pontes (Stora Enso)
- Paulo Groke (Instituto Ecofuturo)
- Ricardo Cassamassimo (Suzano Papel e Celulose)
- Rosane Monteiro Borges (Aracruz Celulose)
- Rui Rocha (Floresta Viva)
- Sandro Coneglian (SPVS)
- Sérgio Borenstain (Veracel Celulose)
- Ulisses Rogério Arruda de Andrade (Klabin)
- Vandi Garlet (Veracel Celulose)
- Zeila Piotto (Veracel Celulose)*

* Embora estas pessoas já não atuem mais nestas instituições, optou-se por mencioná-las pelas organizações ou empresas onde estavam quando participaram da primeira fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica.

ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS ENVOLVIDAS (em ordem alfabética)

Aracruz Celulose

Líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Suas operações florestais alcançam os Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.
www.aracruz.com.br

Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa)

É a representante do setor brasileiro de celulose e papel. Seus associados respondem pelo total da produção brasileira de celulose e de mais de 80% da produção de papel.
www.bracelpa.org.br

Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida

Fundada em 1987, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que tem como missão a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente e dos valores culturais, buscando a qualidade de vida na Mata Atlântica e em outros biomas.
www.apremavi.org.br

Associação Flora Brasil

Fundada em 1997 em Santa Cruz Cabralia (BA), hoje tem sede em Itamaraju (BA). Tem como objetivo principal buscar soluções ecologicamente viáveis para problemas socioambientais da região do Extremo Sul da Bahia.

Associação Mico-Leão Dourado

Criada em 1996, atua com a missão de contribuir para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, com ênfase na proteção do Mico-Leão-Dourado em seu habitat natural.
www.micoleao.org.br

Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra)

Indústria produtora de celulose branqueada de eucalipto, com base na cidade de Belo Oriente, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Atua em 47 municípios.
www.cenibra.com.br

Centro de Liderança Ambiental para Empresas (CELB)

Divisão da Conservação Internacional, dialoga com o setor privado para buscar soluções para os problemas ambientais onde a indústria tem um papel crucial.
www.celb.org

Conservação Internacional (CI-Brasil)

Organização privada, sem fins lucrativos, de caráter técnico-científico dedicada à conservação e uso sustentável da biodiversidade. Atua em todos os grandes biomas brasileiros - Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Pantanal e ecossistemas costeiros.
www.conservacao.org

Fundação Biodiversitas

Centro de referência no levantamento e aplicação do conhecimento científico para a conservação da diversidade biológica. Promove ações de caráter técnico-científico no país desde 1989.
www.biodiversitas.org.br

Fundação SOS Mata Atlântica

Entidade privada, sem fins lucrativos com os objetivos de defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade das comunidades humanas que os habitam e conservar os riquíssimos patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões.
www.sosma.org.br

Instituto BioAtlântica (IBio)

Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e recuperação da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Atua como catalisador de parcerias, criando pontes entre os diversos setores da sociedade.
www.bioatlantica.org.br

Instituto Ecofuturo

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) criada e mantida pela Suzano. Tem como um de seus objetivos a busca de soluções socioambientais para o desenvolvimento sustentável no Brasil.
www.ecofuturo.org.br

Instituto Floresta Viva

Instituição civil e sem fins lucrativos que tem como principal finalidade aliar o desenvolvimento humano à conservação da natureza no Sul da Bahia.
www.florestaviva.org.br

Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (Ipema)

Organização não-governamental sem fins lucrativos, com sede em Vitória (ES), fundada em 1993 por um grupo de pesquisadores. Desenvolve estudos e pesquisas em biodiversidade, educação ambiental, difusão científica e políticas públicas na Mata Atlântica.

www.ipema-es.org.br

Klabin

A Klabin é a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil. Líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, também produz e comercializa madeira em toras.

www.klabin.com.br

Masisa

Produtora e comercializadora de painéis e produtos de madeira. Seu patrimônio de terras e florestas se distribui por quatro países: Chile, Argentina, Brasil e Venezuela, em um total de mais de 367 mil hectares de

www.masisa.com.br

Norske Skog Pisa

Segunda maior fornecedora de papéis para publicações no mundo, com 19 unidades industriais distribuídas em 14 países e cinco continentes. Possui participação de 13% no mercado mundial.

www.norske-skog.com

Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens

Empresa do grupo norte-americano MWV (MeadWetvaco), atua há 66 anos no mercado brasileiro de papel e embalagens de papelão ondulado. Possui 54.000 hectares de terras, dos quais 19.000 hectares são ocupados por florestas nativas.

www.rigesa.com.br

Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)

Fundada em 1984, em Curitiba (PR), já desenvolveu mais de uma centena de projetos em vários estados do Brasil. Sua atuação é focada na floresta com Araucária e Campos Naturais em sua área de ocorrência no estado do Paraná.

www.spvs.org.br

Stora Enso

Maior produtora mundial de papel e cartão, possui fábricas instaladas na Europa, Ásia e Estados Unidos. Sua produção alcança 16,9 milhões de toneladas anuais, além de 7,7 milhões de metros cúbicos de produtos de madeira.

www.storaenso.com

Suzano Papel e Celulose

Produtora de papéis certificados de imprimir e escrever, couchê, papel cartão e reciclado e, a maior produtora mundial de celulose de fibra de eucalipto certificada pelo FSC. Opera nos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão.

www.suzano.com.br

The Nature Conservancy (TNC)

Criada em 1951, é uma organização mundial líder na conservação dos recursos naturais. Atua em mais de 32 países para conservar a diversidade de vida na Terra, protegendo os recursos naturais necessários à sobrevivência de plantas, animais e ecossistemas.

www.nature.org/brasil

Veracel Celulose

É uma associação entre a Aracruz Celulose (50%) e a sueco-finlandesa Stora Enso (50%) que produz celulose branqueada de eucalipto em Eunápolis, no sul da Bahia. A unidade entrou em operação no segundo semestre de 2005 e é uma das maiores do mundo.

www.veracel.com.br

Votorantim Celulose e Papel (VCP)

Uma das líderes do setor de celulose e papel do Brasil, é hoje o terceiro maior empreendimento do Grupo Votorantim, um dos maiores complexos industriais privados da América Latina.

www.vcp.com.br

WWF-Brasil

Organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, reconhecida como instituição de utilidade pública. Sediado em Brasília, atua em todo o país com a missão de contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza.

www.wwf.org.br





MOTIVAÇÃO

Rara e rica

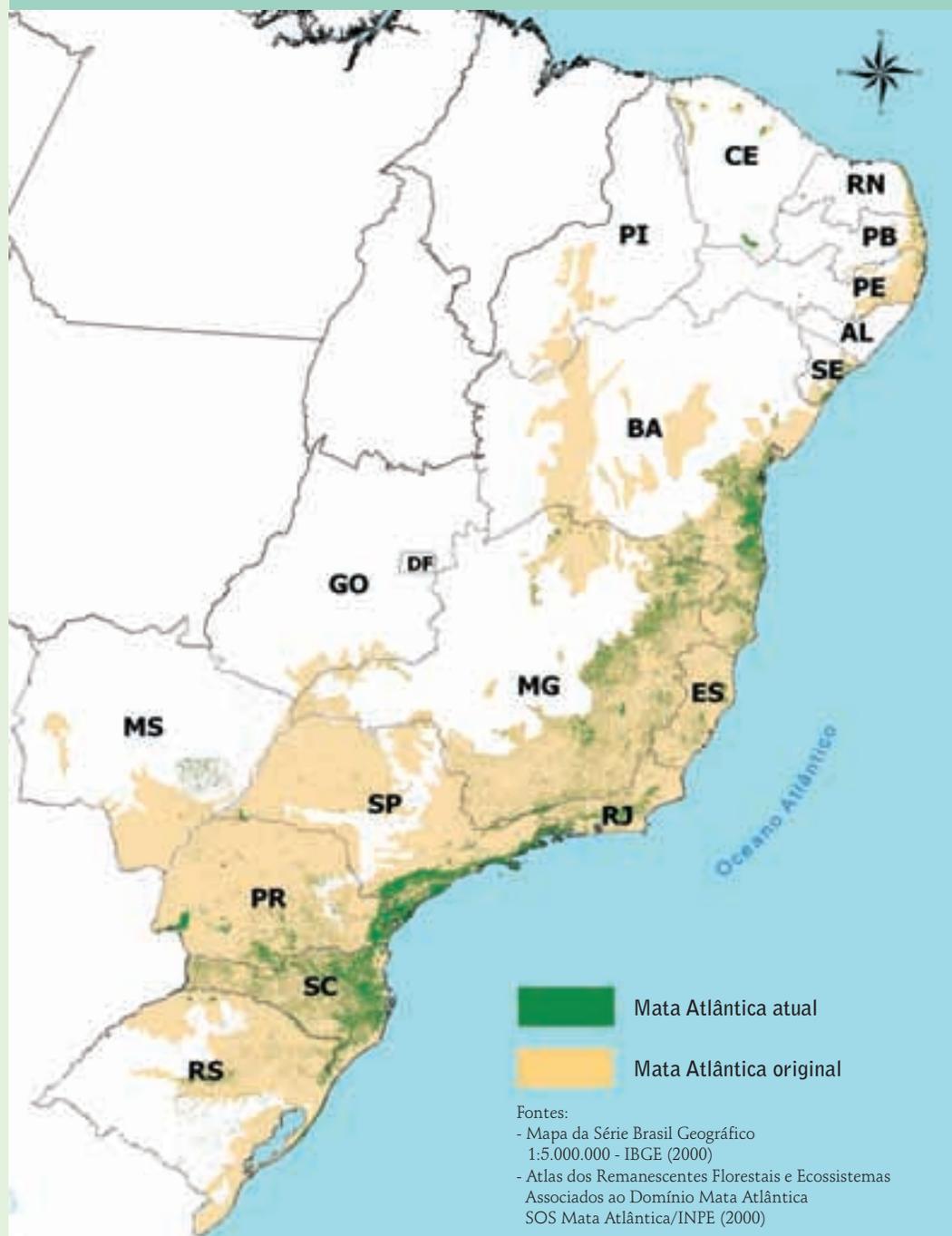
A Mata Atlântica é um dos biomas de maior biodiversidade do planeta. Localizada quase que exclusivamente no Brasil – com pequenas porções na Argentina e no Paraguai, se estendia, originalmente, por mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados no país, o equivalente a cerca de 13% do território nacional.

Os recursos naturais da Mata Atlântica foram a base para o desenvolvimento do Brasil e, ainda hoje, é em seus domínios que são gerados cerca de 80% do produto interno bruto nacional. Vários ciclos econômicos, como os do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do café, se deram às custas de seus recursos naturais.

As pressões sobre a Mata Atlântica a transformaram em uma floresta extremamente fragmentada. Pequenos pedaços de terra, concentrados em propriedades rurais e isolados entre si, cobrem cerca de 15% da área original do bioma. Raros maciços de floresta nativa, localizados nas encostas íngremes das serras, áreas de difícil ocupação ou legalmente protegidas, ocupam apenas 7% da paisagem que os europeus encontraram em 1500 (ver Mapa 1).

Apesar da devastação, o bioma ainda abriga em seus remanescentes grande parte da diversidade biológica brasileira, com alto grau de endemismo, ou seja, com um grande número de espécies que só ocorrem na Mata Atlântica. Exemplos dessa biodiversidade estão nas mais de 20 mil espécies de plantas, das quais mais da metade estão restritas ao bioma. A riqueza pontual é tão significativa que os dois maiores recordes mundiais de diversidade botânica para plantas lenhosas foram registrados no bioma.

Mapa 1





Desafio atlântico

Bem menor e muito mais populosa, a Mata Atlântica sente há séculos o impacto que a Floresta Amazônica vem recebendo nas últimas décadas. Entre os passivos ambientais das diferentes práticas exploratórias está o desmatamento de quase 80% do bioma. O que restou da floresta que se estendia por 17 estados brasileiros caberia hoje em um terço da superfície do estado do Amazonas.

Nas áreas desmatadas se instalaram as intensas atividades industriais, agrosilvipastoris e logísticas que alimentam as maiores cidades do país. Todo esse sistema socioeconômico depende de serviços ambientais oferecidos pela floresta, entre eles, insumos básicos como terra cultivável e água potável, além do equilíbrio climático.

A dinâmica de destruição resultou em alterações severas para os ecossistemas que compõem o bioma, mas não afetou apenas a biodiversidade florestal. A rarefação da floresta afeta diretamente os mais de 120 milhões de brasileiros abrigados no bioma e demanda um esforço coletivo e urgente de preservação.

Para tentar reverter o processo de devastação e responder à urgência do problema, dois setores da sociedade, historicamente antagônicos, desafiaram o senso comum, estão superando diferenças e se aproximaram, estabelecendo uma nova frente conjunta de trabalho pela recuperação da Mata Atlântica.

Opostos se atraem

O que parecia impossível - colocar entidades ambientalistas e empresas do setor de silvicultura frente a frente, não para duelar, mas para dialogar - está, aos poucos, se tornando realidade. Organizações não-governamentais e indústrias, em sua maioria, mantinham-se fechadas em campos opostos, embora trabalhassem no mesmo espaço físico e em correntes de pensamento que discutiam caminhos para o desenvolvimento sustentável das áreas florestais. Vez por outra, colaboravam em ações pontuais, mas permaneciam ambos em lados distintos, com críticas mútuas e um histórico de conflitos aparentemente insolúveis.

Para promover o entendimento e a colaboração entre esses grupos em nível mundial, organismos como o Banco Mundial, o World Resources Institute (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável conceberam os Diálogos Florestais (The Forests Dialogue, no original em inglês), uma série de fóruns internacionais que, desde 1997, reúne os setores envolvidos em questões-chave para o manejo florestal sustentável e a recuperação de biomas ameaçados.

No Brasil, a necessidade do diálogo entre entidades ambientalistas e empresas do setor de base florestal foi ficando cada vez mais evidente, sobretudo, considerando-se a escala de atuação do setor na Mata Atlântica e a importância relativa dos fragmentos florestais existentes em suas propriedades. Esses fragmentos são estratégicos para a formação de corredores ecológicos e a proteção da biodiversidade.

Em 2005, existiam mais de 2,3 milhões de hectares destinados à silvicultura em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Paraná e Santa Catarina. Além das áreas ocupadas pelos plantios, as empresas possuíam mais de 1 milhão de hectares destinados a infra-estrutura, ou com áreas abertas ou com fragmentos florestais, alguns dos quais em excelente estado de conservação (ver Tabela 1).

Se considerarmos somente esses seis estados, a incorporação dessas terras nas estratégias regionais de conservação representaria um incremento da ordem de 50% na superfície protegida, para além daquela mantida em unidades de conservação de proteção integral existentes.

Tabela 1: Comparação entre a área de remanescentes de Mata Atlântica, a área própria total das empresas do setor de base florestal e a área própria das empresas, mas sem plantio de florestas, em estados selecionados (em hectares)

Estado	Remanescentes	Área total das empresas	Área sem plantio (remanescentes + áreas abertas)
Bahia	2.623.241	652.472	306.803
Espírito Santo	1.398.435	251.556	118.134
(*) Minas Gerais	4.193.174	295.328	120.494
São Paulo	2.995.883	596.858	241.704
Paraná	3.920.628	306.481	152.231
Santa Catarina	2.999.954	207.736	104.204
Total	18.131.315	2.310.431	1.043.570

Fontes: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE (2000); ABRAF (2005) exceto (*) e BRACELPA (2004)



ENRICO MARONE

Vencendo preconceitos

Em outubro de 2003, em Santa Cruz Cabrália, na Bahia, foi realizado o primeiro encontro do The Forests Dialogue no Brasil. O evento reuniu representantes de organizações ambientalistas, da indústria de produtos florestais, de proprietários de terras e do meio acadêmico. Na pauta estavam os temas de interesse de todos: a produção florestal, a manutenção de serviços ambientais e a conservação da biodiversidade.

O encontro foi uma oportunidade para a troca de informações e idéias sobre os fatores necessários para o sucesso da conservação da biodiversidade e dos empreendimentos industriais em regiões florestais. O grupo revisitou casos de projetos bem-sucedidos de conservação e analisou os obstáculos à aceitação mais ampla e à implantação desses esforços conjuntos de conservação.

A rodada brasileira do The Forests Dialogue inspirou alguns dos participantes brasileiros a criarem uma iniciativa similar para a Mata Atlântica brasileira. Dessa forma, menos de um ano depois, juntaram-se o Instituto BioAtlântica (IBio), a Conservação Internacional (CI-Brasil) a The Nature Conservancy do Brasil (TNC), a Suzano Papel e Celulose, a Rigesa/MeadWestvaco e a Veracel Celulose, formando um grupo de coordenação para pensar a estratégia de um processo de diálogo regional. Em conjunto, o grupo buscou o apoio de outras empresas e organizações interessadas em identificar uma agenda em comum.

Nascia o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica. Ao longo de três anos (2005-2007), projetos e parcerias se fortaleceriam. Experiências bem-sucedidas seriam apresentadas para que fossem reproduzidas ou servissem de modelo em novas iniciativas.







O DIÁLOGO PASSO-A-PASSO

O Diálogo Florestal para a Mata Atlântica foi concebido no formato de encontros entre representantes das principais organizações ambientalistas e empresas do setor de base florestal em atuação no bioma. Todos os participantes, entretanto, entrariam para dialogar como indivíduos independentes das organizações às quais estavam ligados.

Foram realizados quatro encontros – sempre em locais de Mata Atlântica – com o propósito de identificar objetivos em comum entre os dois grupos e construir uma agenda de discussão e possível cooperação. Ao final, o grupo procurou desenvolver ações práticas e iniciativas economicamente viáveis para a conservação da biodiversidade em áreas prioritárias do bioma.

Com o apoio de um mediador externo, foram compartilhadas informações e conhecimento sobre as atividades desenvolvidas por cada setor no bioma. A partir daí, foram identificados, além dos pontos em comum relacionados ao uso sustentável de recursos naturais e à conservação da biodiversidade, prioridades e critérios para a silvicultura na Mata Atlântica.

O grupo pensou também na forma de ampliar a participação de comunidades locais no processo de planejamento e ordenamento territorial, melhorando ainda mais os mecanismos de compensação de áreas nativas, legalmente exigida nas áreas pertencentes tanto às empresas quanto aos fomentados (proprietários de terra que produzem madeira para a indústria).

Em última instância, a intenção do diálogo é gerar modelos para o desenvolvimento de políticas públicas para incentivar a recuperação e proteção da cobertura florestal original da Mata Atlântica, bem como a restauração de áreas prioritárias para a formação de corredores ecológicos, em larga escala.



PASSO 1: O TERRENO

Considerado um marco no relacionamento entre organizações ambientalistas e empresas de base florestal, principalmente as produtoras de papel e celulose, o primeiro encontro do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, na cidade de Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro, reuniu representantes de 13 entidades não-governamentais ambientalistas e de cinco empresas do setor de papel e celulose, além da Bracelpa, entidade que congrega o setor.

Foi preciso descobrir e desmistificar as diferenças de visão a respeito da conservação ambiental. Animosidades do passado chegaram a ressurgir em debates acalorados. No entanto, a disposição para alcançar resultados concretos levou a exposições e esclarecimentos sobre a produção industrial, sobre a defesa e sobre a preservação do bioma Mata Atlântica.

Nos três dias de encontro, as empresas fizeram apresentações sobre suas atividades, inclusive sobre ações para proteção de remanescentes florestais e recuperação de áreas degradadas. As organizações da sociedade civil explicaram os projetos desenvolvidos em campo e apresentaram suas principais demandas e propostas para o setor de base florestal. Novamente, foi analisado o potencial de cooperação entre os dois setores para a proteção e recuperação da Mata Atlântica.





Análise da situação

Como forma de identificar os temas prioritários aos quais o grupo deveria se dedicar, todos foram convidados a apontar as forças restritivas e impulsionadoras que facilitam ou dificultam a conservação e recuperação da Mata Atlântica e o desenvolvimento dos negócios de base florestal. Os principais obstáculos apontados foram os seguintes:

- falta de zoneamento econômico-ecológico;
- falta de incentivos para a restauração florestal;
- alto custo de proteção e manutenção de áreas nativas para os pequenos proprietários;
- pouca divulgação de boas práticas de relacionamento entre o setor de base florestal e o setor conservacionista.

Outras forças restritivas apontadas foram o pouco conhecimento sobre o potencial econômico das espécies nativas, a ausência de uma agenda positiva comum entre empresas e ambientalistas, o alto potencial de disseminação das espécies exóticas utilizadas pelo setor de papel e celulose e a resistência, de ambos os lados, ao monitoramento compartilhado das atividades em campo.

Entre as forças impulsionadoras mais relevantes, os participantes indicaram:

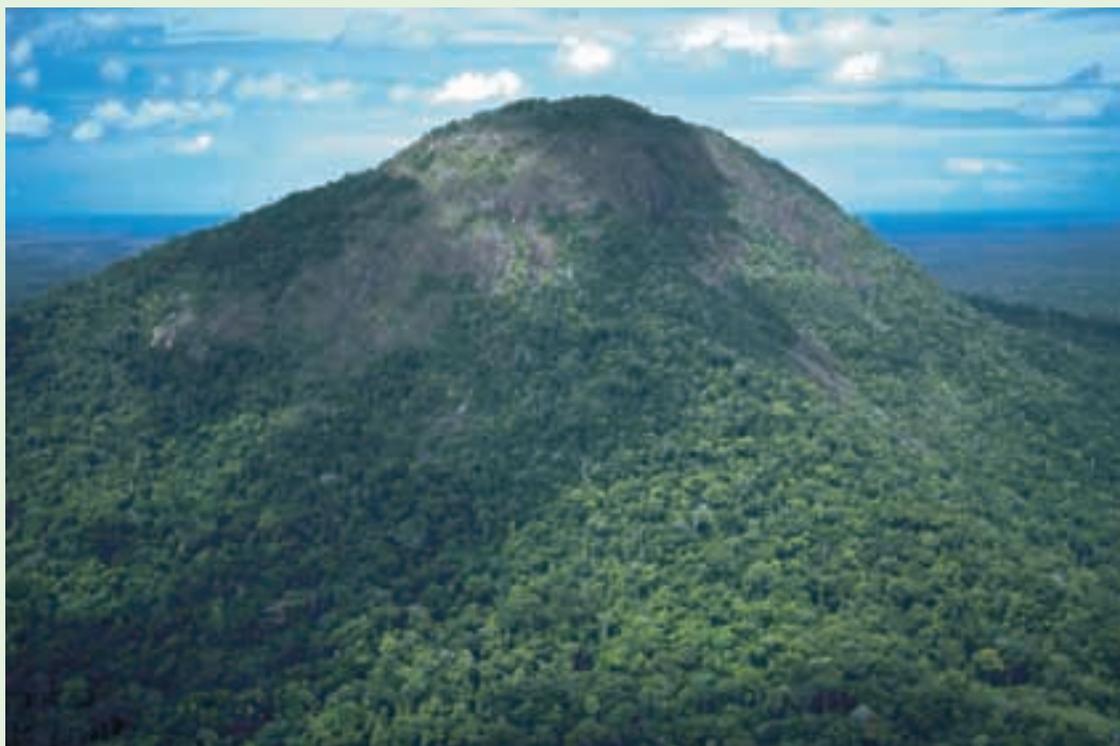
- melhoria contínua do manejo florestal com a certificação florestal;
- possibilidade de utilizar a experiência das empresas para ampliar o plantio de espécies nativas;
- manejo integrado de paisagens e reservas florestais nativas;
- potencial de utilizar o setor florestal para alavancar iniciativas de conservação entre proprietários de terra fomentados das empresas.

Temas prioritários

A análise da situação ajudou o grupo do Diálogo a identificar dois temas prioritários nos quais deveriam concentrar os esforços da iniciativa.

Para encaminhar as questões relacionadas ao uso da terra e às interações entre o plantio de espécies exóticas e os remanescentes florestais, o tema Ordenamento Territorial foi apontado como prioritário. Já as diversas questões relacionadas ao cumprimento de legislação e ao incentivo à conservação e à recuperação da vegetação nativa também seriam encaminhadas no âmbito do tema Fomento Florestal.

O próprio Diálogo Florestal para a Mata Atlântica seria objeto de esforços, como uma das formas de manter vivo o espírito de cooperação entre os dois setores.



HAROLDO PALO JR

PASSO 2: A DIREÇÃO

Os programas de fomento florestal das empresas de papel e celulose apresentam um grande potencial para servir como veículos de indução e promoção de práticas sustentáveis e respeito à legislação ambiental pelas propriedades rurais. Essa foi uma das principais conclusões do segundo encontro, realizado em maio de 2006, em Três Barras e Canoinhas, Santa Catarina, entre 35 representantes de 12 organizações ambientalistas e nove empresas.

No segundo passo, os participantes consolidaram um plano de trabalho para as ações definidas na reunião anterior a partir dos temas identificados.

Além de analisar detalhadamente e definir propostas de encaminhamento para os temas Fomento Florestal (ver Quadro 1) e Ordenamento Territorial (ver Quadro 2), o segundo encontro serviu para os participantes ampliarem o entendimento entre ambientalistas, técnicos e dirigentes das empresas. Para reforçar a noção de viabilidade da iniciativa, foram apresentadas experiências de parcerias já em andamento, como as da SPVS com a Masisa, da Apremavi com a Klabin e da Cenibra com a Universidade Federal de Viçosa (MG).

Em uma caminhada pela Trilha Interpretativa do Bugio, situada em um remanescente de Floresta com Araucária, os participantes conheceram a parceria entre a Rigesa e a Universidade do Contestado (SC).





Mãos à floresta

Ao final do segundo encontro, foram definidas ações concretas a serem executadas no âmbito dos dois temas prioritários.

QUADRO 1: Fomento Florestal

Cerca de 23% da área ocupada com silvicultura em todo o Brasil está em propriedades rurais privadas que fornecem matéria-prima para a indústria de base florestal. A relação entre a indústria e os proprietários rurais permite o aprimoramento das diretrizes para práticas ambientais e sócio-culturais. Por isso, entre as necessidades apontadas pelo grupo estavam o diagnóstico dos programas de fomento e da percepção dos fomentados. Seria necessário realizar um levantamento das iniciativas de conservação/restauração de Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e de corredores ecológicos prioritários, além da seleção de áreas-piloto para implantação de ações cooperativas que utilizassem tais práticas.

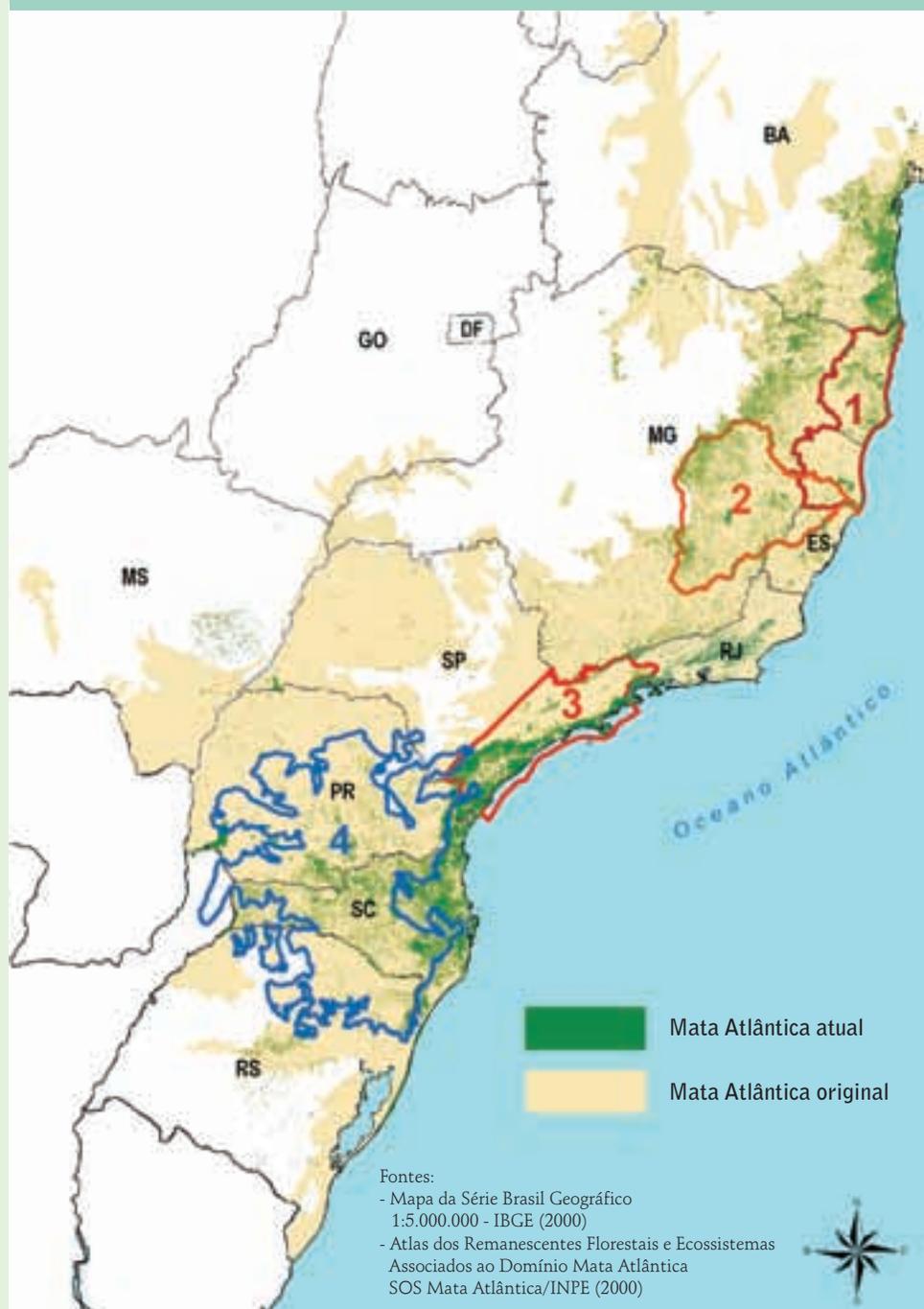
QUADRO 2: Ordenamento Territorial

O grupo decidiu pela realização de diagnósticos ambientais e socio-econômicos, identificando os envolvidos no processo para elaboração de estratégias participativas, definição de compromissos para uso e ocupação do solo, criação de metodologia para desenvolvimento e implantação de ordenamento territorial - sinalizando acordos intersetoriais -, entre outras ações.

Áreas-piloto

Para implantação dos projetos-piloto, foram escolhidas quatro regiões com silvicultura e grandes remanescentes de Mata Atlântica: **1** - Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, **2** - Vale do Rio Doce (MG), **3** - Mata Atlântica em São Paulo, principalmente nas bacias do Vale do Paraíba e Alto Tietê (SP), e **4** - Floresta com Araucária, especialmente a região da divisa entre Paraná e Santa Catarina (ver Mapa 2).

Mapa 2



PASSO 3: A TRILHA

Avanços importantes foram alcançados durante o terceiro encontro, realizado entre 27 representantes de onze organizações ambientalistas e dez empresas do setor de base florestal. O grupo saiu da reunião com um rol de atividades e iniciativas arrojadas, não apenas para reduzir o impacto socioambiental da silvicultura, mas também para torná-la uma aliada no processo de conservação da Mata Atlântica.

Aprofundar as análises sobre Fomento Florestal e Ordenamento Territorial, além de aprovar a indicação de projetos-piloto para cada um dos temas, foram os objetivos dos participantes do encontro realizado em outubro de 2006 na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel, entre Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, na Bahia. Criada em 1999 pela Veracel Celulose, esta unidade de conservação é a maior RPPN do bioma Mata Atlântica, com mais de 6 mil hectares.

Foram apresentadas algumas experiências em curso, como as desenvolvidas no Vale do Rio Doce (MG), na Mesopotâmia da Biodiversidade (região compreendida entre os rios Jequitinhonha e Doce, abrangendo o Extremo Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo) e no Vale do Paraíba e Capão Bonito (SP). Ações com resultados alinhados aos objetivos do Diálogo foram incorporadas aos planos de trabalho, que passaram por uma revisão detalhada antes de sua consolidação, tornando-se mais objetivos e pragmáticos.

Foram definidas, por exemplo, sugestões de diretrizes para os programas de fomento das empresas participantes, tendo como base um documento elaborado pelos participantes do fórum entre ambientalistas e empresas de papel e celulose do Sul e Extremo Sul da Bahia.

Entre as sugestões acordadas no Diálogo estão a inclusão de cláusulas nos contratos entre as empresas e seus fornecedores (ver Quadro 3).

O encontro também resultou no compromisso de iniciar o diagnóstico da percepção sócio-rural em regiões prioritárias e de buscar a inclusão de órgãos dos governos estaduais e entidades ligadas ao setor florestal para apresentar o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica e dar continuidade à iniciativa em uma segunda etapa (ver Próximos Passos, p. 45).



QUADRO 3: Primeira versão do documento referência para Fomento Florestal

1. Nos novos contratos e na renovação dos contratos atuais, adotar um sistema de classificação do uso do solo das propriedades, de forma a garantir que as áreas classificadas como de vegetação primária e secundária em estágios médio e avançado de regeneração, a partir do ano base de 1993, não sejam plantadas com *Eucalyptus*, *Pinus* e outras espécies.
2. Na renovação dos contratos atuais, em se constatando desmatamentos na propriedade após o ano base, o contrato de renovação deverá apresentar condicionantes para compensação/recuperação das áreas desmatadas.
3. Os plantios de fomento não poderão ser feitos em áreas desmatadas que tenham iniciado o processo de regeneração posteriormente ao ano base.
4. Novos plantios em zona de amortecimento de Unidades de Conservação de proteção integral e dentro de Áreas de Preservação Ambiental (APP), após anuência e licença do órgão responsável, seguirão as diretrizes.
5. No ato da contratação e na renovação de contratos, exigir o cumprimento da legislação relativa à Reserva Legal (RL) da propriedade, orientando os proprietários na locação da RL e no plano de recuperação da mesma, quando for o caso.
6. Buscar, em conjunto com as organizações ambientalistas, mecanismos de incentivo para a recuperação de áreas degradadas – especialmente APP e RL –, tais como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e pagamentos por serviços ambientais.

7. Quando houver mais de um programa de fomento de empresa em uma mesma região, deve-se buscar a integração das estratégias de comunicação ambiental das empresas. Estas estratégias devem considerar a temática ambiental que for mais relevante localmente e o envolvimento das organizações ambientalistas atuantes na região.
8. Implantar sistema de acompanhamento do cumprimento das condicionantes ambientais aplicadas à propriedade relativas ao fomento, nos moldes do adotado para suas áreas próprias.
9. Incorporar as melhores práticas agrícolas e ambientais na relação econômica com os produtores florestais e rurais, visando ao uso sustentável dos recursos naturais, tais como, solo, recursos hídricos e biodiversidade local. Os programas de fomento devem considerar a segurança alimentar dos agricultores e garantir a diversificação da produção.
10. Os programas de fomento florestal das empresas devem contribuir para a fixação dos produtores nas zonas rurais, especialmente aqueles que vivem na propriedade.
11. Implantar plano de ação para viabilizar a certificação florestal dos participantes do programa.
12. Apoiar o fortalecimento da política municipal de meio ambiente, com a qualificação dos órgãos e conselhos municipais, em conjunto com órgãos públicos competentes (estaduais, federais, Ministério Público etc.).
13. Ambientalistas e empresas se comprometem a influenciar os agentes financeiros a adotarem os “Princípios do Equador” e o “Protocolo Verde”.

PASSO 4: O FÔLEGO

A RPPN Parque da Neblina, da Suzano Papel e Celulose, em Mogi das Cruzes, São Paulo, abrigou a última rodada da primeira fase do Diálogo, em maio de 2007. Representando nove empresas e 11 organizações não-governamentais, os 25 participantes fizeram um balanço dos resultados obtidos e elaboraram propostas para uma nova fase da iniciativa. Os presentes lembraram o início do processo, quando representantes de empresas e entidades ambientalistas eram reticentes quanto à continuidade do Diálogo e mostravam-se ansiosos por resultados imediatos.

O principal objetivo do Diálogo, que era o de congregar setores que só se encontravam ocasionalmente e mantinham pontos de vista contrários, foi obtido.

Agora, o Diálogo, que foi iniciado com cinco empresas e 13 organizações ambientalistas, prepara-se para sua segunda etapa, tendo entre seus participantes representantes de 11 empresas e 16 organizações, além de fóruns regionais que começam a se estruturar.

A dificuldade de comunicação do primeiro encontro foi substituída pela compreensão das formas de operação de empresas e organizações ambientalistas, e pelo reconhecimento de que o diálogo só pode se dar gradativamente. A abertura definitiva de um canal de comunicação entre os dois setores, a quebra de preconceitos e barreiras e a construção de um ambiente de respeito e confiança foram alguns dos pontos positivos destaca-





FOTOS: RICARDO TELES

dos no balanço final. Se, antes do Diálogo, já havia algumas parcerias, com sua criação, surgiram novas formas de cooperação, como a estabelecida entre a Apremavi e a Suzano, além do próprio Fórum Florestal do Sul da Bahia.

Para boa parte dos participantes, os compromissos assumidos representam crescimento e evolução para os dois grupos. Destaca-se ainda a importância da construção de um modelo de diálogo que pode ser utilizado por outros setores.

Para continuidade do processo, definiu-se pela descentralização da iniciativa em fóruns regionais, obedecendo os princípios estabelecidos ao longo da primeira fase (ver Quadro 4). O grupo manteve um Fórum Nacional para definição de prioridades e diretrizes, mas com função mais estratégica.

As iniciativas regionais serão abertas a empresas, entidades rurais, acadêmicas e organizações sociais ou ambientais que atuem localmente, podendo também envolver instâncias governamentais. Regionalmente, poderão ser estabelecidas diretrizes específicas para a realidade local, a fim de endereçar as prioridades temáticas e as diretrizes acordadas no Fórum Nacional.

Os fóruns regionais atuarão como núcleos operacionais e executivos do Diálogo Florestal, ou seja, serão a instância na qual diretrizes e acordos poderão ser implantados efetivamente, por meio da cooperação técnica, financeira e estratégica entre empresas e organizações que atuam localmente.

QUADRO 4: Princípios do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica

O Diálogo tem se pautado por um conjunto de sete princípios que norteiam não apenas as reuniões, mas todas as atividades desenvolvidas paralelamente. Para possibilitar a multiplicação da iniciativa em uma segunda fase, os princípios praticados intuitivamente nos quatro primeiros encontros foram formalizados em um documento e são considerados requisitos para o desenvolvimento de fóruns regionais e para a integração de outros fóruns já existentes. Veja ao lado os princípios do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica.

RICARDO TELES



Integração - As ações do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica devem promover a integração dos ativos das organizações ambientalistas e das empresas de base florestal.

Transparência - Os processos, as ações e os resultados do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica devem ser difundidos amplamente, por diversos meios.

Confiança - Os participantes se relacionam no diálogo sob a premissa de que todos os posicionamentos e informações ali apresentados se pautam pela honestidade e pela integridade.

Não-exclusão - Embora, por questões logísticas e orçamentárias, não seja possível incluir todos os participantes do Diálogo no Fórum Nacional, os fóruns regionais devem promover a participação de todas as empresas do setor de base florestal e de todas as organizações que atuam com meio ambiente na sua região de influência.

Pró-atividade - Sem esconder problemas, conflitos e desafios, a participação no Diálogo é pautada por posicionamentos com foco na busca por soluções efetivas e resultados concretos.

Respeito à diversidade - O Diálogo Florestal para a Mata Atlântica é um espaço onde todas as posições e opiniões são valorizadas e consideradas, prevalecendo o respeito mútuo entre todos os participantes.

Compromisso - Todos os participantes do Diálogo estão comprometidos com a análise crítica e responsável dos problemas abordados e com a construção de soluções efetivas e concretas que superem os desafios apresentados. Mais que um espaço para marcar posições, o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica se baseia na criação de fóruns e grupos de trabalho voltados para a cooperação, resolução de problemas e consolidação de oportunidades.



PRÓXIMOS PASSOS

No último encontro do grupo, foram definidos os caminhos a serem trilhados na segunda etapa do Diálogo Florestal, a partir de 2008 (ver Quadro 5). A nova fase também terá a duração de três anos, mas diferente operacionalização. Para colocar em prática ações de fomento florestal e ordenamento territorial, os fóruns regionais, incorporarão representantes de governos, instituições de ensino e pesquisa e movimentos sociais, incluindo proprietários rurais, garantindo, assim, a participação de fomentados no diálogo.

O grupo de coordenação foi transformado em Conselho de Coordenação, com representação dos dois setores (cinco empresas e cinco organizações ambientalistas), assumindo a tarefa de manter a articulação em nível nacional, podendo ser aberto à participação de outros setores base florestal.

A estrutura da segunda fase do Diálogo exigiu também sua profissionalização, com o estabelecimento de uma secretaria executiva para a coordenação das atividades dos diferentes fóruns. Com o novo arranjo, a iniciativa se propõem a ser uma referência e fonte de informações sobre atividades do setor de base florestal e das organizações que trabalham pela conservação da biodiversidade e no manejo e monitoramento de recursos naturais no bioma.

Entre os principais objetivos da segunda fase está a consolidação de um espaço de diálogo pró-ativo entre organizações da sociedade civil e empresas, na busca da geração de resultados concretos para a conservação dos recursos naturais da Mata Atlântica e para a melhoria da qualidade de vida humana em suas áreas de influência. Outro objetivo que permanece é a proposição de políticas públicas que favoreçam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Com o estabelecimento dos fóruns regionais, o Fórum Nacional seguirá a mesma estrutura organizacional adotada na primeira fase, servindo também agora como espaço de intercâmbio para os fóruns regionais. Em nível nacional e internacional, buscará contato com outros organismos que possam sugerir a inclusão de temas e abordagens para o diálogo. Entre essas organizações incluem-se o The Forests Dialogue, governos, órgãos internacionais, certificadoras, universidades e centros de pesquisa. Devido à sua função estratégica, o Fórum Nacional será composto por pessoas que tenham nível decisório nas empresas e organizações que representam.

Regionalizar para fortalecer

Nesta segunda fase, o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica assume o compromisso de fomentar e ajudar a organizar e promover os fóruns regionais, especialmente aqueles localizados nas regiões selecionadas como prioritárias durante a primeira fase.

Os encontros presenciais dos fóruns regionais seguirão dinâmica própria, entretanto, a coordenação do Diálogo Florestal propõe que o intervalo médio entre cada um dos encontros presenciais não ultrapasse três meses.

Além do Fórum Florestal do Sul da Bahia, criado em 2005, e agora integrado ao Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, serão fomentados outros cinco fóruns regionais: no Rio Grande do Sul, na Mata Atlântica de São Paulo, no Rio de Janeiro, no Vale do Rio Doce e no ecossistema de Florestas com Araucária.

QUADRO 5: Próximos passos

- continuar o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica;
- estimular e apoiar fóruns regionais;
- profissionalizar o Diálogo, criando um Conselho de Coordenação e uma secretaria executiva.



SÍNTESE DOS RESULTADOS

Duas das maiores conquistas do Diálogo foram a definição das diretrizes para o fomento florestal e a abertura das empresas para considerar seus investimentos futuros sob novas e modernas condicionantes socioambientais, por meio do ordenamento territorial.

Estima-se que, dentro de dez anos, mais de 30% dos plantios homogêneos que abastecem as fábricas de papel e celulose estarão localizados em propriedades rurais cujos donos não são as próprias empresas. Para dar conta desse cenário, as empresas assumiram o compromisso de repassar aos fomentados diretrizes e boas práticas socioambientais construídas conjuntamente por técnicos de organizações ambientalistas e empresas. O compromisso já é praticado no Sul e Extremo Sul da Bahia, principal pólo de silvicultura para papel e celulose do país, representando uma verdadeira revolução em termos de preservação de remanescentes e formação de corredores ecológicos.

Para se ter uma idéia da dimensão da iniciativa, mais de 2 mil proprietários rurais, no Sul da Bahia e no Norte do Espírito Santo, estão sendo orientados e cobrados para não apenas cumprirem a regulamentação do Código Florestal, mas também para o fazerem segundo uma lógica que favoreça efetivamente a manutenção do patrimônio natural da região, priorizando a conexão entre remanescentes de floresta nativa. Considerando-se as áreas de Reserva Legal, chega-se a mais de 50 mil hectares de novas áreas efetivamente protegidas a partir do diálogo e da operação integrada.

Também na Bahia, as diretrizes de ordenamento territorial do Diálogo foram semeadas. A partir dos estudos preliminares feitos pelo governo baiano para o zoneamento ecológico-econômico da região do Extremo Sul, as empresas e as organizações ambientalistas que participam do Fórum Florestal local estão elaborando uma proposta de ordenamento dos plantios. Os esforços coletivos resultarão no direcionamento da expansão das áreas plantadas, considerando mais critérios e um maior grau de detalhamento maior que aquele utilizado pelo governo estadual, evitando o desmatamento de remanescentes de floresta nativa.

No Rio Grande do Sul, um dos estados de maior tradição ambientalista do país, o diálogo tem contribuído para refinar, de maneira aberta e dialógica, o zoneamento ambiental da silvicultura proposto pelo órgão governamental. Longe de ser um processo harmonioso, a elaboração desse detalhado zoneamento foi um trabalho inédito no país e resultou em condicionantes ambientais que devem ser seguidas rigidamente pelas empresas que pretendem implantar seus plantios no estado.

Já a adoção de programas de proteção de milhares de hectares de remanescentes florestais localizados nas propriedades das empresas é outro resultado concreto do diálogo. Por meio da criação de RPPN, os fragmentos nativos têm sua conservação e recuperação ampliadas. A Aracruz Celulose, por exemplo, criou três reservas privadas no Espírito Santo em 2007. Duas delas, a RPPN Mutum Preto e a RPPN Recanto das Antas, ambas no município de Linhares, compõem um corredor ecológico entre a Reserva Biológica de Sooretama e a Reserva Florestal de Linhares, formando um maciço de mais de 50 mil hectares no norte do estado.

Os resultados do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica podem ser sintetizados em três tópicos fundamentais:

- o processo de diálogo, que, por si só, é inovador e inédito, e deve servir de modelo para outros setores da economia, especialmente o agronegócio;
- a indicação de diretrizes para atividades de fomento florestal e para realização de ordenamento territorial da silvicultura, que representam mais compromissos por conservação da biodiversidade e restauração florestal;
- as conseqüências naturais do novo ambiente criado com a abertura do diálogo, a ampliação e qualificação do espaço de debate e o estreitamento dos vínculos e relacionamentos.

Resultados iniciais como esses mostram que é possível estabelecer um novo padrão de parcerias e diálogos entre diferentes setores, sobre bases sólidas e compromissos claros.

DEPOIMENTOS

“Nosso negócio é meio ambiente, é dele que tiramos nossa produtividade. A preservação é fundamental para a sustentabilidade do bioma e da empresa, tanto que contratávamos especialistas para fazer nossos relatórios ambientais antes mesmo de sua obrigatoriedade. Apesar disso, éramos completamente fechados, introspectivos e não nos comunicávamos com os ambientalistas. Hoje, a empresa tem uma visão totalmente diferente, graças ao Diálogo. Descobrimos que as visões diferentes não excluem interesses mútuos.”

***Luciano Lisbão Jr.,
Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose***



“Com o Diálogo Florestal, aprendi a ouvir as outras partes que não empresas florestais, a buscar entendimento, consenso, equilíbrio na busca da conservação da mesma Mata Atlântica que é para as empresas e ONGs. Sem dúvida, a integração das partes que atuam no mesmo bioma, com os mesmos objetivos, trocam experiências, otimizam investimentos, potencializam ações concretas de conservação ou de articulação para que mais partes interessadas ou interessantes passem a fazer parte desta corrente.”

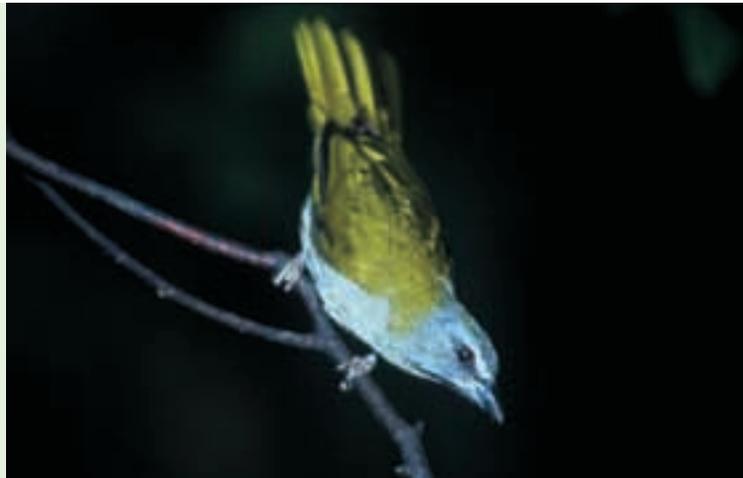
João Carlos Augusti,
Gerente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Votorantim Celulose e Papel



“Já tínhamos idéia da importância de estreitar esse relacionamento. O Diálogo equacionou conflitos ao buscar pontos em comum na forma de tratar a questão socioambiental. A primeira contribuição foi mostrar que a motivação é mais importante que a transmissão de conhecimento técnico. O Diálogo modificou um pouco a postura das empresas, que são competitivas e buscam se aprimorar sempre. O fórum veio para nos fazer refletir sobre questões sérias, urgentes, mas também para entendermos que as soluções podem ser alcançadas em longo prazo.”

Deuseles João Firme,
Coordenador de Meio Ambiente Florestal da Cenibra





“Havia uma predisposição geral para que o Diálogo Florestal acontecesse, porém faltava maturidade aos ambientalistas e empresas. O Diálogo chegou no momento em que as empresas questionavam seu papel, se o simples cumprimento da legislação ambiental brasileira, que é uma das mais severas e restritivas do mundo, era suficiente. Já existia uma ou outra iniciativa, porém não uma tomada de posição em bloco. Do clima pouco amigável do primeiro contato saiu um movimento integrado e engajado, focado no desenvolvimento sustentável.”

***Luiz Cornacchioni,
Diretor de Relações Institucionais
da Suzano Celulose e Papel***

“Até a criação do Diálogo, as discussões sobre atuação socioambiental do setor florestal na Mata Atlântica geraram apenas mais conflitos. O Diálogo permitiu a construção de um ambiente propositivo, onde empresas e ONGs podem falar de igual para igual, e colocar toda sua expertise a favor da busca de soluções para os problemas ambientais. Isso permitiu o estabelecimento de ações integradas, para obter resultados efetivos de conservação da biodiversidade em áreas estratégicas da Mata Atlântica. O estabelecimento do Fórum Florestal do Sul da Bahia, a formação de novas parcerias e a criação de reservas privadas são exemplos que confirmam que estamos no caminho certo.”

Luiz Paulo Pinto,
Diretor do Programa Mata Atlântica da Conservação Internacional



“O Diálogo Florestal para a Mata Atlântica é um grande aprendizado para todos os envolvidos. O posicionamento de ambientalistas e indústria parecia antagônico, mas, ao se reunirem com um mesmo objetivo, ficou comprovado que, na verdade, os dois lados queriam o mesmo: encontrar soluções para problemas que afetam a todos nós. Além de hoje podermos traçar metas sociais, ambientais e econômicas de comum acordo, o Diálogo levou seus participantes a compreenderem o trabalho que cada um desenvolve, e, principalmente, a respeitar as atitudes para uma convivência cooperativa.”

***Mariana Schuchovski,
Gerente de Tecnologia e Sustentabilidade da Masisa Brasil***



“A Bracelpa apóia integralmente iniciativas de preservação ambiental e de estabelecimento de parcerias, a exemplo do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica. Tal apoio reflete o compromisso assumido pelo setor de celulose e papel na busca do equilíbrio entre suas atividades e a promoção de práticas sustentáveis. A experiência, que reuniu organizações ambientalistas e empresas do setor florestal, comprovou ser possível, sim, a construção de uma visão comum para a promoção de ações efetivas de conservação associadas às operações produtivas. Trata-se de um esforço conjunto que comprovou a possibilidade e o valor de um trabalho sério, de afinação de compatibilidades e expectativas, face aos desafios, e na busca pela sustentabilidade e sua inclusão na agenda do desenvolvimento do país.”

Elizabeth de Carvalhaes,
Presidente Executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel - Bracelpa

ENRICO MARONE





“Tradicionalmente, a atividade econômica se dá em detrimento da conservação ambiental, mas no Brasil as empresas da área florestal demonstram preocupação maior que outros setores em relação ao meio ambiente. Quando o Diálogo Florestal começou, as empresas tinham estratégias diferentes, algumas já trabalhando com programas de sustentabilidade, enquanto outras, não. O Diálogo aproximou as experiências e reduziu os atritos com os ambientalistas. As ONGs nunca foram excessivamente pacíficas. Hoje, o momento é de continuidade e também de procurar a profissionalização do Diálogo, para que os planos sejam executados integralmente.”

***Sandro Coneglian,
Coordenador de Conservação da Floresta com
Araucária da SPVS - Sociedade de Pesquisa
em Vida Selvagem e Educação Ambiental***

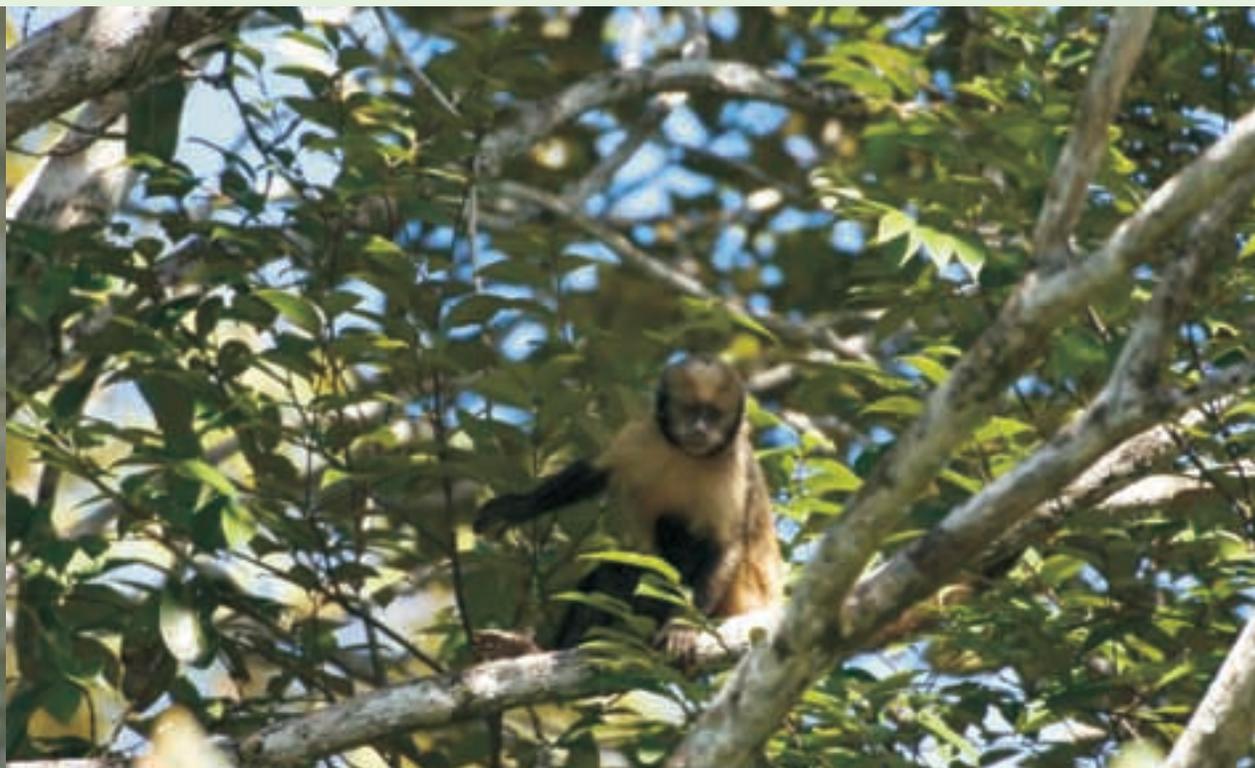
“A linguagem dos participantes foi se aproximando. A ansiedade pela construção do processo é diferente do primeiro encontro, que foi aquela ‘limpeza de chaminé’. O segundo encontro foi meio morno, pouco invasivo, cauteloso. O terceiro já foi o mais produtivo, todos querendo testar um modelo. É assim que o Diálogo caminha, apresentando um modelo viável de entendimento que, guardando premissas e métodos próprios, serve para qualquer setor. Os antagonismos sempre existirão, mas a possibilidade de diálogo é maior que os preconceitos.”

Beto Mesquita,
Diretor de Programas do Instituto BioAtlântica



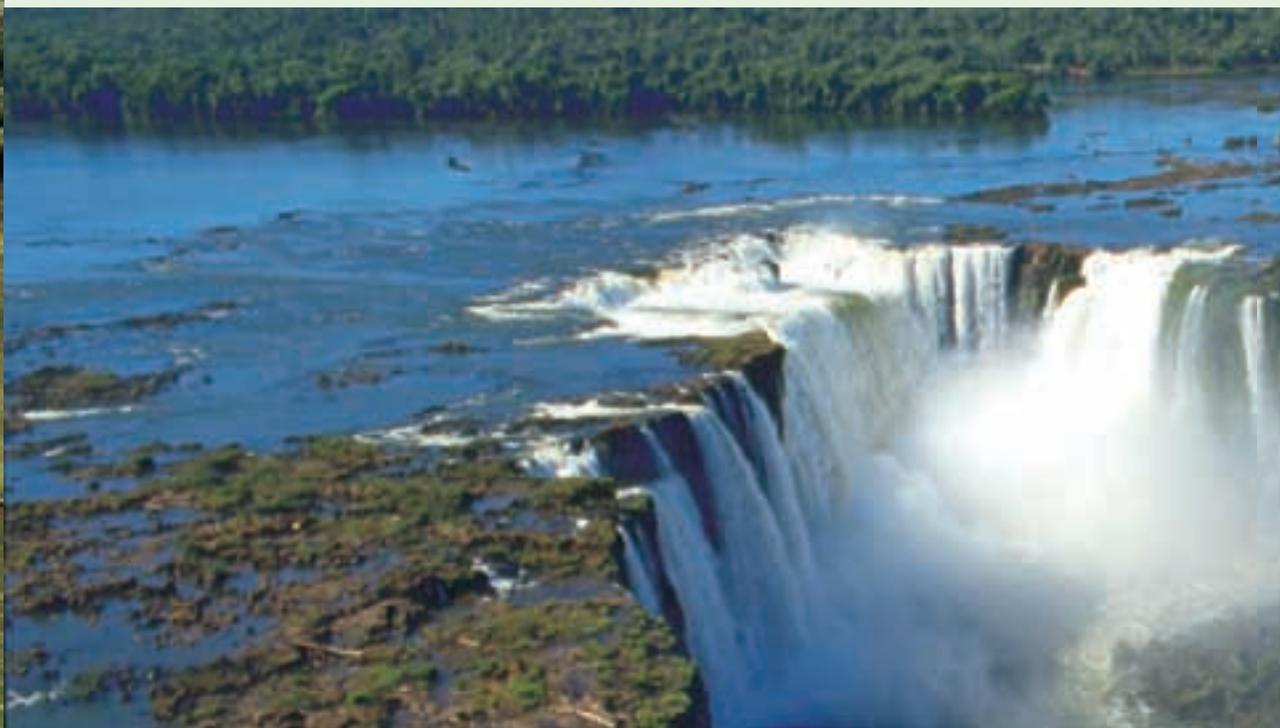
“O Diálogo não é um divisor de águas, é um momento de uma trajetória de avanços no campo das certificações e na construção de parcerias entre dois setores historicamente antagônicos. Os campos ainda são opostos, no entanto, houve avanços. Antes do Diálogo, as empresas não passavam dados sobre Reservas Legais a ambientalistas. Lógico, isso só se faz quando existe confiança. Houve um caminhar em direção à transparência, que rende frutos no estreitamento de relações. Depois do primeiro encontro, que foi uma catarse coletiva, parecendo até terapia de grupo, chegamos a um período de otimismo, à sensação de que o Diálogo tem uma visão de longo prazo. A segunda etapa do Diálogo, com os fóruns regionais, vai gerar resultados.”

Mário Mantovani,
Diretor de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica



“O Diálogo Florestal para a Mata Atlântica não se resume a quatro reuniões em três anos. A partir dele, situações que já vinham acontecendo, como parcerias entre indústria e ambientalistas, tomaram proporções maiores. Apesar da expectativa de construção, não havia compromisso algum de modificar processos, nem de brigar contra práticas, lentidão, inoperância. Havia e ainda há fundamentalismo dos dois lados. Mas essas diferenças ficavam do lado de fora da sala de reuniões. Por isso, agora é o momento de levar resultados para as instituições que não participaram das reuniões e para quem faz política pública, aproximando do governo e do legislativo. Essa nova etapa só acontece porque conseguimos criar um ambiente livre de expressão, em que não se falava em nome de organizações, de instituições, mas em nome de pessoas.”

André Guimarães,
Diretor Executivo do Instituto BioAtlântica



“O Diálogo nasceu do esforço de dois setores que se mantiveram afastados por muito tempo e que, pelas próprias atividades, concluíram que deveriam construir uma visão em comum, visando resultados concretos numa escala que pudesse ajudar a transformar a paisagem da Mata Atlântica. As próprias empresas estão descobrindo experiências e oportunidades interessantes nas concorrentes e aproveitando modelos de programas existentes para adaptar a suas estruturas. Ainda há muito trabalho pela frente, mas o Diálogo veio para ficar e ser replicado com outros setores que atuam na Mata Atlântica.”

Miguel Calmon,
Diretor do Programa Mata Atlântica da The Nature Conservancy





"A primeira fase do Diálogo foi excelente ao buscar uma agenda convergente entre setores que se ignoravam, mas ficou longe de um aspecto importantíssimo, que é um desafio a ser enfrentado na segunda etapa, o de trazer para a discussão as questões concernentes às populações que vivem na região de silvicultura. Esta etapa terá que, obrigatoriamente, pensar em proteção de mananciais, consumo de recursos naturais, economias complementares e reforma agrária, não permanecendo apenas na discussão de restauração ambiental."

Rui Rocha,
Secretário-Executivo do Instituto Floresta Viva

"O Diálogo resgatou um valor fundamental, o do convívio social de adversários. Hoje, ambientalistas e empresas se reconhecem. Divergências podem continuar existindo, porém, hoje temos condições de nos dirigirmos diretamente às empresas. Apesar dos momentos de tensão, é um processo que se desenrola de forma muito positiva, que propiciou, inclusive, a troca de experiências sobre iniciativas bem-sucedidas em diferentes pontos do país."

Kathia Vasconcelos,
Ambientalista



GLOSSÁRIO

Área de Preservação Permanente (APP)

Áreas específicas nas quais o Código Florestal Brasileiro determina que a vegetação deve ser protegida por sua importância fundamental para a preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica, da biodiversidade, do fluxo gênico de fauna e flora, a proteção do solo e o bem-estar das populações humanas. Entre elas estão as margens de rios e lagos, as áreas de nascentes, os topos de morro e encostas com mais de 45° de inclinação.

Bioma

Conjunto de vida (vegetal e animal) definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria. Os biomas brasileiros são seis: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

Endemismo

Caráter restrito da distribuição geográfica de determinada espécie ou grupo de espécies que vive limitada a uma área ou região.

Princípios do Equador

Conjunto de regras e critérios definidos pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, que determina uma série de análises socioambientais que devem ser realizadas antes da concessão de financiamento ou do assessoramento a projetos com valor igual ou superior a US\$ 10 milhões.

Protocolo Verde

Lançado em 1995, estabelece as bases para a incorporação da variável ambiental na concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais. Deve ser compreendido como um processo de mudança de cultura nas instituições envolvidas, que não podem se eximir do papel de promotores da sustentabilidade ambiental do país.

Reserva Legal

Área localizada em uma propriedade ou posse rural, que não seja a Área de Preservação Permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Na Mata Atlântica, o Código Florestal Brasileiro estabelece que deve ser equivalente a, no mínimo, 20% da área da propriedade.

Zoneamento Econômico-Ecológico

Instrumento de racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento das atividades econômicas. O ZEE serve como subsídio a estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais de busca do desenvolvimento sustentável.



AGRADECIMENTOS

O grupo de coordenação da primeira fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica agradece a Gary Dunning e Marisa Camargo, pelo apoio e inspiração, a Miguel Calmon, Amy Skoczlas Cole e Ludmila Pugliese, pelo empenho e perseverança.

A Etsuro Murakami, Luiz Antonio Cornacchioni e Renato Guerón, pela visão.

Aos que permitiram a realização logística e conceitual dos encontros do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica e que auxiliaram na elaboração desta publicação.

À Suzano Papel e Celulose, pela doação de papel certificado FSC, que honra os princípios socioambientais do Diálogo e de seus participantes.

E a todos que acreditam no diálogo.



COORDENAÇÃO DO DIÁLOGO FLORESTAL PARA A MATA ATLÂNTICA

